

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

★ ★ ★

PROGRAMA DE ENSINO

DA

4.^A CADEIRA

DO

2.º ANO

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

★ ★ ★

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1 9 5 8



4.^a CADEIRA DO SEGUNDO ANO

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Introdução

1. Ação econômica do Estado. Necessidades coletivas. Atividade financeira: caracteres e limites.
2. Ciência das Finanças, conceito. Leis financeiras. Os problemas da ciência das finanças.
3. Os métodos lógicos e a ciência das finanças. Método dedutivo, seu valor e aplicação.
4. A indução. Indução histórica e indução estatística. O método das aproximações sucessivas.
5. Fenômeno financeiro. Teorias econômicas e doutrinas sócio-políticas na sua interpretação.

6. Ciência das Finanças e Economia política. Relação da Ciência das Finanças com outras ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.
7. Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval. Literatura estrangeira contemporânea.
8. Literatura nacional em matéria econômico-financeira.
9. Problemas modernos e orientações contemporâneas em matéria financeira. Dirigismo financeiro. Planificação.

PARTE 1.^a

DESPESA PÚBLICA

10. Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.
11. Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.
12. A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatôres do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das

despesas públicas. Financiamento das despesas públicas.

13. Principais categorias de formas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais, da dívida pública, da defesa, da justiça e da educação e instrução.
14. Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

PARTE 2.^a

RECEITA PÚBLICA

15. Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
16. As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.
17. Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e Telégrafos. A Imprensa Nacional. Bancos. Loteria.

18. Os Monopólios fiscais.
19. As receitas ordinárias de direito público; as taxas, as contribuições especiais, os impostos.
20. Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.
21. As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processos de cobrança.
22. Contribuição especial. Conceito e fundamento.
23. O impôsto. Terminologia fiscal. Natureza e elementos do impôsto. Função e fundamento do impôsto.
24. Princípios técnicos e jurídicos do impôsto. Cânones de tributação. Justiça no impôsto. Generalidades e universalidade do impôsto. A uniformidade fiscal. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.
25. Postulados econômicos e financeiros do impôsto.
26. Princípios administrativos do impôsto.
27. A bi-tributação. Dupla tributação internacional.

28. Classificação dos impostos. Impôsto direto e indireto. Impôsto real e pessoal. Impôsto proporcional e progressivo.
29. O problema dum sistema racional de impôsto. Impôsto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mistos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.
30. Evolução do impôsto. A transformação dos sistemas fiscais.
31. Efeitos do impôsto. Efeitos psicológicos, morais e políticos.
32. Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do impôsto. A amortização e capitalização do impôsto.
33. Evasão do impôsto.
34. Pressão fiscal, seu conceito.
35. Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
36. Contencioso.
37. Política fiscal. Fins da política fiscal.

PARTE 3.^a

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

38. O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.
39. Regímen tributário da República. A distribuição dos impostos no regímen da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, 16 de julho de 1934, 10 de novembro de 1937 e 18 de setembro de 1946.
40. Organização do sistema tributário brasileiro. Impôsto da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.
41. Direitos aduaneiros: impôsto de exportação e de importação.
42. Da renda, seu conceito. Renda tributável. Impôsto de renda e caracteres. Sistemas de impôsto de renda.
43. Impôsto de renda no Brasil.
44. Impôsto de consumo. Justiça e elasticidade no impôsto de consumo. Impôsto de consumo sôbre objetos considerados de luxo.

45. Impôsto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidade e recursos.
46. Impôsto de sêlo, seu fundamento. O Impôsto de sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenção, multas e recursos.
47. Impôsto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Impôsto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O impôsto predial. Impôsto predial no Recife.
48. Impôsto de transmissão de propriedade inter vivos.
49. Impôsto de sucessão sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados da Federação. Impôsto de sucessão em Pernambuco.
50. Impôsto de indústria e profissão.
51. Impôsto sôbre vendas e consignações.

PARTE 4.^a

RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS — CRÉDITO PÚBLICO

52. Do crédito público. Natureza e princípios.

53. Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívida pública. Dívida fluante e dívida consolidada.
54. Empréstimo. Empréstimo externo e interno. Empréstimo forçado, voluntário e patriótico, perpétuo e amortizável. Negociação de empréstimo.
55. Efeitos econômicos dos empréstimos públicos.
56. Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista técnico-financeiro. Amortização; conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.
57. Dívida pública brasileira. O serviço da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.
58. Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Impôsto e empréstimo em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.
59. Impôsto sôbre os lucros extraordinários e impôsto de emergência sôbre o capital.

PARTE 5.^a

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA — ORÇAMENTO

60. Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.
61. Direito orçamentário: sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França.
62. Direito orçamentário nacional.
63. Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.
64. Preparação do orçamento. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.
65. Equilíbrio orçamentário. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.
66. Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercícios e de gestão. Conteúdo do orçamento.

67. Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.
68. Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.
69. Inexistência de verba. Insuficiência das verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.
70. O contrôle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.
71. O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.
72. O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.
73. As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.
74. Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regímen monárquico. Finanças nacionais no regímen republicano. O inflacionismo.

75. Legislação financeira do Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. A Codificação tributária da União. O Código Tributário de Pernambuco.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,
Janeiro de 1958.

Prof. Luís Sebastião Guedes Alcoforado
Catedrático

1. The first part of the report is a general introduction to the study of the Chinese language and its history. It discusses the importance of the Chinese language in the world and the need for a systematic study of its grammar and vocabulary.

2. The second part of the report is a detailed study of the Chinese grammar. It covers the basic rules of grammar, including the structure of the sentence, the use of particles, and the formation of compound words.

3. The third part of the report is a study of the Chinese vocabulary. It lists the most common words and phrases used in everyday conversation, and provides examples of how they are used in sentences.

4. The fourth part of the report is a study of the Chinese pronunciation. It discusses the different tones used in the language, and provides examples of how they are used in words and sentences.

5. The fifth part of the report is a study of the Chinese writing system. It discusses the different characters used in the language, and provides examples of how they are used in words and sentences.

6. The sixth part of the report is a study of the Chinese culture. It discusses the different customs and traditions of the Chinese people, and provides examples of how they are reflected in the language.

7. The seventh part of the report is a study of the Chinese literature. It discusses the different types of literature, including poetry, prose, and drama, and provides examples of how they are written in Chinese.





Imprensa Universitária